

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.866 - PE (2017/0295740-6)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA  
**RECORRIDO** : MARLENE HIGINO DE FREITAS  
**ADVOGADOS** : MÔNICA DE SOUZA ROCHA E OUTRO(S) - PB011741  
VIVIANE DOS SANTOS SOUSA - PB019032

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. POSSIBILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO ANTES DA EC Nº. 41/2003. REVISÃO GERAL ANUAL. REAJUSTE DE 13,23%. CONCESSÃO PELO JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO PLENO DESTA CORTE.

1. A questão em debate versa sobre a revisão remuneratória no percentual de 13,23% (treze inteiros e vinte e três centésimos por cento), concedida pelo juízo sentenciante, e o pagamento da GACEN (Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias) em igualdade de condições com os servidores em atividade, pedido denegado pelo juízo . a quo 2. No que concerne ao recurso de apelação apresentado pela parte autora, observa-se que, em que pese a GACEN possuir natureza , sendo devida em função das condições especiais de pro labore faciendo trabalho de quem o exerce com exposição de risco por parte dos ocupantes de determinados cargos, durante o combate e controle de endemias, houve, por expressa previsão legal, a extensão daquela gratificação aos aposentados e pensionistas. Precedente desta Corte: AC 08027605720144058200, 1º Turma, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data do Julgamento: 12/07/2016.

3. No caso em foco, conforme menciona o órgão julgador monocrático, a apelante é pensionista de ex-servidor da FUNASA, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, que aposentou-se com proventos integrais e com o direito à paridade.

4. Quanto ao recurso de apelação da FUNASA, constata-se que a Emenda Constitucional nº 19/98, que deu nova redação ao art. 37, inciso X, da CF/88, assegurou a revisão geral anual dos servidores públicos federais, prevendo, porém, a obrigatoriedade de edição de lei específica para sua alteração ou fixação, observada a iniciativa privativa em cada caso.

5. A Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87, para os servidores públicos federais, e não, uma revisão geral.

6. A revisão geral anual prevista no art. 37, inc. X, da CF, foi tratada pela Lei nº 10.697/2003, que instituiu o reajuste no percentual de 1% para todos os servidores públicos federais.

7. Apesar de o valor concedido a título de revisão ser impróprio para recompor a perda aquisitiva decorrente da inflação no período, é vedada ao Judiciário a concessão do índice de 13,23% pleiteado nos presentes autos. Súmula 339, do STF.

8. O art. 1º, da aludida Lei 10.698/2003, é de redação clara e discurso direto: Art. 1º. Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Então, se a aludida norma, de modo expresso, institui uma vantagem pecuniária individual, não se pode aclamá-la como revisão geral anual de forma dissimulada, dentro do argumento esposado no REsp 1.536.597-DF. (PROCESSO: 08033237620134058300, Precedente deste TRF5. EIAC/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL VLADIMIR CARVALHO, Pleno, JULGAMENTO: 28/11/2016).

9. Recurso de apelação da parte autora e recurso de apelação da FUNASA providos" (fls. 350/351e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 365/369e), os quais restaram acolhidos, "tão somente para fins de prequestionamento", nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. PENSIONISTA. GRATIFICAÇÃO DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS - GACEN. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. POSSIBILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO ANTES DA EC Nº. 41/2003.

REVISÃO GERAL ANUAL. REAJUSTE DE 13,23%. CONCESSÃO PELO JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO PLENO DESTA CORTE.

1. A questão em debate versa sobre a revisão remuneratória no percentual de 13,23% (treze inteiros e vinte e três centésimos por cento), concedida pelo juízo sentenciante, e o pagamento da GACEN (Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias) em igualdade de condições com os servidores em atividade, pedido denegado pelo juízo . a quo 2. No que concerne ao recurso de apelação apresentado pela parte autora, observa-se que, em que pese a GACEN possuir natureza , sendo devida em função das pro labore fazendo condições especiais de trabalho de quem o exerce com exposição de risco por parte dos ocupantes de determinados cargos, durante o combate e controle de endemias, houve, por expressa previsão legal, a extensão daquela gratificação aos aposentados e pensionistas.

Precedente desta Corte: AC 08027605720144058200, 1º Turma, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data do Julgamento: 12/07/2016.

3. No caso em foco, conforme menciona o órgão julgador monocrático, a apelante é pensionista de ex-servidor da FUNASA, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, que aposentou-se com proventos integrais e com o direito à paridade.

[...] 9. Recurso de apelação da parte autora e recurso de apelação da FUNASA providos.4. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. E insta acentuar, igualmente, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.

5. Embargos de declaração não providos" (fls. 389/390e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 54 e 55, §3º, I e II, da Lei 11.784/2008, sustentando, em suma, que "afigura-se razoável os percentuais fixados no § 3.º do art. 55 da Lei n.º 11.784/08 para incorporação da gratificação aos proventos de aposentadoria e às pensões, não estando autorizado o pagamento da GACEN aos aposentados e pensionistas no mesmo valor que é pago aos servidores da ativa" (fl. 413e).

Por fim, requer "seja dado provimento ao seu recurso especial para reformar

o acórdão vergastado e julgar improcedente o pedido formulado pelo autor, condenando-o, em consequência, ao pagamento de honorários advocatícios" (fl. 414e).

Contrarrazões a fls. 420/439e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 452e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, objetivando o "pagamento da GACEN (Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias) em igualdade de condições com os servidores em atividade e revisão remuneratória no percentual de 13,23% (treze inteiros e vinte e três centésimos por cento)" (fl. 185e)..

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreram ambas as partes, tendo sido parcialmente reformada a sentença, pelo Tribunal local, com o provimento das duas Apelações

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Ao examinar o mérito, o Juízo de 2º Grau entendeu que:

"A questão em debate versa sobre a revisão remuneratória no percentual de 13,23% (treze inteiros e vinte e três centésimos por cento), concedida pelo juízo sentenciante, e o pagamento da GACEN (Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias) em igualdade de condições com os servidores em atividade, pedido denegado pelo juízo *a quo*. Sobre a GACEN, importante destacar o disposto nos artigos 54 e 55, da Lei n. 11.784/08, que assim dispõem, *in verbis*:

(...)

**Apesar de a supracitada norma relativa à concessão da GACEN prever, expressamente, percentuais diferenciados para os aposentados e pensionistas, daqueles pagos aos servidores em atividade, deve-se respeitar a regra de transição prevista no art. 7.º, da Emenda Constitucional 41, de 31/12/2003, inclusive, nas hipóteses de gratificações de produtividade que se mostrem gerais, apesar da previsão de avaliação.**

**Assim, em que pese a GACEN possuir natureza *pro labore faciendo*, sendo devida em função das condições especiais de trabalho de quem o exerce com exposição de risco por parte dos ocupantes de determinados cargos durante o combate e controle de endemias, houve, por expressa previsão legal, a extensão daquela gratificação aos aposentados e pensionistas.**

**Assim, é devida a paridade da percepção da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN no**

**mesmo valor fixo mensal deferido aos servidores ativos apenas para aqueles servidores que tenham ocupado um dos cargos enumerados pela Lei nº. 11.784/08 e 11.907/09, e que se enquadram nas regras do art. 7º, da EC nº. 41/03 e nas regras de transição que constam nos artigos 6º, da EC 41/2003, artigos 2º e 3º da EC 47/2005 e aqueles beneficiados pela entrada em vigor da EC 70/2012, que inseriu o artigo 6º-A, na EC 41/2003 (aposentados por invalidez), bem como as respectivas pensões derivadas de aposentadorias deferidas com base nos diplomas mencionados.**

Nesse sentido é o entendimento desta Corte:

(...)

**No caso em foco, conforme menciona o órgão julgador monocrático, a apelante é pensionista de ex-servidor da FUNASA, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, que aposentou-se com proventos integrais e com o direito à paridade (data da aposentadoria: 01.05.1995 - doc. indexado nº 4058200.652369).**

(...)

Assim, diante de todo o exposto, dou provimento à apelação do particular, para conceder o pagamento da GACEN, em igualdade de condições com os servidores em atividade, respeitando-se a prescrição quinquenal.

Também restou provido o recurso de apelação da FUNASA, considerando que a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não uma revisão geral.

É como voto" (fls. 334/339e).

Nesse contexto, quanto à questão central, qual seja, a possibilidade de extensão da Gratificação aos inativos, verifica-se que a controvérsia foi dirimida, pelo Tribunal de origem, sob enfoque eminentemente constitucional, com base em dispositivos das Emendas Constitucionais 41/2003, 47/2005 e 70/2012, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Dessa forma, é inviável o exame da insurgência, tal como posta, em sede de Recurso Especial, que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional. Ilustrativamente:

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PARIDADE**

**ENTRE ATIVOS E INATIVOS. GACEN. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF.**

1. Cinge-se a controvérsia à paridade de servidores ativos com inativos em relação ao pagamento da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.
2. A simples leitura da ementa do acórdão recorrido permite verificar que o Tribunal regional analisou a matéria em conformidade com a jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal, à luz da isonomia entre servidores ativos e inativos e da regra de transição prevista na EC 41/2003.
3. **Constata-se que o Tribunal de origem reconheceu o direito à extensão das vantagens em tela aos inativos e pensionistas com base em interpretação dada ao tema pelo Supremo Tribunal Federal, notadamente na edição da Súmula Vinculante 20, DJe 10/11/2009. Desse modo, refoge da competência do STJ a apreciação de questão de cunho eminentemente constitucional, por meio de Recurso Especial, cabendo tão somente ao STF o exame de eventual ofensa.**
4. **Dessa forma, inviável a análise desse acórdão na via recursal eleita. Isso porque, nos termos do art. 105, III, da CF/1988, o Recurso Especial destina-se à uniformização do direito federal infraconstitucional. Não se presta, portanto, à análise de possível violação de matéria constitucional, cuja competência está reservada ao Supremo Tribunal Federal, conforme disposto no art. 102 da CF/1988.**
5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.662.384/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

**"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - GDACT. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.**

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade

com o que lhe foi apresentado.

2. Na leitura do acórdão recorrido depreende-se que o Tribunal *a quo* analisou a controvérsia em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, à luz da isonomia entre servidores ativos e inativos e da regra prevista no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988, na sua redação original conferida pela EC 20/1998, atualmente insculpida no § 4º do referido dispositivo constitucional, com a redação dada pela EC 47/2005.

3. Vê-se, assim, que a análise de questão cujo deslinde reclama a apreciação de matéria de natureza exclusivamente constitucional é inviável no âmbito de cabimento do Recurso Especial, sendo a sua apreciação de competência do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

4. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.763.003/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/11/2018).

Em juízo monocrático, confirmam-se os seguintes julgados referentes a situações semelhantes: STJ, REsp 1.805.642/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/10/2019; STJ, REsp 1.786.583/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/05/2019; STJ, REsp 1.730.909/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/04/2018; STJ, REsp 1.618.580/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/02/2018.

Por fim, ressalte-se que "nos termos da jurisprudência desta Corte, "o art. 1.032 do Código de Processo Civil de 2015 prevê a aplicação do princípio da fungibilidade ao recurso especial que versar questão constitucional, hipótese em que há um equívoco quanto à escolha do recurso cabível" (STJ, AgRg no REsp 1.665.154/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 30/08/2017). No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.008.763/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017. Inocorrência, no caso - no qual o acórdão recorrido tem fundamento constitucional e o Recurso Especial versa sobre matéria infraconstitucional -, da hipótese prevista no art. 1.032 do CPC/2015 (STJ, AgInt no AREsp 1.432.966/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC") e, considerando a sucumbência recíproca estabelecida pelas instâncias ordinárias, majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, devido ao advogado da parte **recorrida**, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, sendo vedada a compensação, nos termos do § 14 do aludido dispositivo legal.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora